

PLANEJAMENTO URBANO E ATIVISMOS SOCIAIS⁶

GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 30, n. 1, p. 209-210, jan./abr. 2005.

Em suas 136 páginas este livro apresenta-se como uma boa introdução a algumas questões do planejamento urbano, sem cair na visão tecnicista de planejamento. Nele é destacada a importância da participação ativa da população no processo de planejamento e gestão do território urbano. Busca-se – nas palavras dos autores – desfazer dois mal-entendidos sobre o planejamento: a) o planejamento não é restrito ao Estado, devendo os movimentos ativistas se envolver nesse processo; b) planejamento urbano não é sinônimo de urbanismo, e sim, o urbanismo é uma parte do processo de planejamento.

O livro está dividido em seis capítulos. No primeiro deles os autores se preocupam com algumas questões conceituais. É feita uma diferenciação entre planejamento urbano e gestão urbana que, apesar de complementares, não podem ser tratados como sinônimos, sendo o primeiro voltado para o futuro, fazendo um diagnóstico das condições atuais e um prognóstico de seus desdobramentos e o segundo, referente ao presente, à administração das condições encontradas.

Ainda sobre questões conceituais Souza e Rodrigues trazem algumas das críticas feitas ao planejamento, tanto por intelectuais marxistas quanto por conservadores e, também, discute o papel do Estado nesse processo que é, em sua essência, político.

No segundo capítulo destaca-se o surgimento e desenvolvimento do planejamento no Brasil, o qual ganhou impulso no período militar. As duas grandes preocupações dos militares eram: a) segurança nacional – entendida como defender o país dos comunistas e; b) modernizar e desenvolver o Brasil – ou seja, atrair o capital estrangeiro e fazer grandes obras de infra-estrutura. Para atingir esses objetivos o ato de planejar se mostrava fundamental. Chama-se a atenção para o surgimento, na década de 90, de um planejamento denominado pelos autores de *“mercado-filo”*, pois este está extremamente vinculado aos interesses do mercado.

A diferenciação entre reforma urbana e reforma urbanística é discutida no terceiro capítulo, onde também é apresentada a origem da idéia de reforma urbana e sua fraca expressão dentro de um contexto histórico de repressão e autoritarismo como foi o período militar brasileiro. O livro faz referência, neste capítulo, tanto a alguns dos instrumentos de gestão territorial, os quais podem ser utilizados para a implementação da reforma urbana, como apresenta certos obstáculos para a implementação dessa reforma.

No quarto capítulo o enfoque é dado à ascensão e declínio dos ativismos de bairro que se deu na segunda metade da década de 70 e meados de 80. O autor aponta seis fatores fundamentais para o declínio dos ativismos de bairro: 1. demagogia e autoritarismo dos administradores; 2. cooptação dos líderes e manipulação partidária; 3. caciquismo e personalismo; 4. clientelismo; 5. dificuldades econômicas; e 6. influência do tráfico de drogas – este último muito mais presente nas favelas cariocas.

Os novos tipos de ativismos sociais como o MTST (Movimento de Trabalhadores Sem Teto) e *hip hop* são destacados no quinto capítulo. Em relação ao primeiro demonstra-se sua vinculação ao MST (Movimento dos Sem Terra), existindo uma relação entre os dois movimentos no que tange aos problemas enfrentados e combatidos por ambos. Ou seja, os problemas de moradia urbana estão ligados aos problemas no campo onde

⁶ SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 136p. (Coleção Paradidáticos; série sociedade, espaço e tempo). ISBN 85-7139-553-5.

a expulsão do agricultor de sua terra vai levá-lo a migrar para as cidades, fazendo-as crescer desordenadamente. Ambos movimentos, na visão dos autores, possuem um papel político pedagógico importante, já que ajudam a compreender a realidade política que está por trás de problemas cotidianos e, a partir disso, as pessoas passam a se organizar para poder fazer suas reivindicações. Já o *hip hop* é apresentado como uma manifestação artística que traz um questionamento político e social consciente, utilizando o *rap* (música), o *break* (dança) e o grafite (desenhos) como uma forma de expressar a realidade vivida nas periferias pobres das cidades. De certa forma, essa é uma denúncia ou um apelo para que se dê a atenção necessária a essas áreas mais necessitadas.

No sexto e último capítulo são retomadas algumas questões já levantadas ao longo do livro sobre a necessidade de participação da população no processo de planejamento e sua continuidade, mesmo depois de ter algumas de suas reivindicações atendidas pelo poder público – caso isso ocorra.

Pela clareza com que expõe as idéias e a simplicidade da linguagem este livro mostra-se como uma boa leitura introdutória àqueles que pretendem iniciar uma reflexão sobre esta temática tão importante que é o planejamento urbano e suas relações com a sociedade civil.

RAFAEL ALVES ORSI

(Mestrando do Programa de pós-graduação em Geografia da UNESP. Campus de Rio Claro/SP - Endereço: Rua Machado de Assis, 494 – Bairro Santa Emília – Leme/SP CEP 13617-440 - E-mail: raforsi@ig.com.br)